



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 18/XI/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sobre o encerramento das delegações da Agência Lusa, em Faro, Coimbra e Évora, ao longo de 2010;
3. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para a realização de um conjunto de audições de modo a aferir das condições do exercício da liberdade de expressão em Portugal;
4. Apresentação pela equipa da Comissão de Assuntos Europeus do regime de acompanhamento dos assuntos europeus à luz das novas regras do Tratado de Lisboa;
5. Redacção final do Projecto de Resolução nº 46/XI/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo a criação da modalidade de apoio a "Primeiras Obras" no âmbito dos apoios directos às artes atribuídos pelo Ministério da Cultura;"
6. Apreciação e votação de Acta;
7. Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

De seguida, o Senhor Presidente passou para o terceiro ponto da ordem do dia, tendo dado a palavra à Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), para apresentar um requerimento para realização de um conjunto de audições de modo a aferir das condições do exercício da liberdade de expressão em Portugal.

A Senhora Deputada, na apresentação do requerimento, realçou que o seu grupo parlamentar não se abstinha de discutir fosse que assunto fosse, mas que se devia

situar o debate e a reflexão que pode e deve ter lugar na Comissão, sendo que para o PS importa estudar e analisar o modo como o exercício da liberdade de informar pode ser feito, bem como ver a legislação existente e o seu cumprimento. Apresentou de seguida as quatro questões constantes do requerimento que estão associadas ao exercício da liberdade de expressão e que podem condicionar esse exercício, concluindo que a lista de entidades proposta é um complemento dos nomes já apresentados pelo PSD.

Usou da palavra o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), para questionar qual tinha sido o sentido de voto do PS em relação ao requerimento apresentado pelo PSD na reunião ordinária anterior, tendo o Senhor Presidente respondido que o PS tinha votado contra e solicitado aos Senhores Deputados que, uma vez que a Comissão ia iniciar trabalhos muito mediatizados, mantivessem um ambiente de trabalho de Comissão e não de Plenário, que é muito diferente.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) começou por propor que fossem acrescentados à lista de entidades a ouvir os nomes do Professor Fernando Correia (Investigador da Universidade Lusófona) e do Dr. José Garibaldi (que era membro da ex-Alta Autoridade para a Comunicação Social).

Neste momento, o Senhor Presidente lembrou que tinha entretanto entrado um requerimento do PSD para acrescentar à lista de entidades a ouvir o Presidente do Conselho de Administração da Impresa e o Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, bem como um outro apresentado pelo CDS-PP para que fosse acelerada a audição do Dr. Henrique Granadeiro, que consta da lista já aprovada.

Retomando o uso da palavra, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apelou ao PS para que pudesse haver alguma agilização das audições, a fim de não se perder eficácia nos trabalhos da Comissão, e informou que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento em apreço.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) manifestou estranheza por o PS, ao fim de cinco anos de governação, se preocupar com as matérias que traz à discussão neste requerimento. Afirmou também que o requerimento do PS nada tem a ver com o que foi aprovado na reunião ordinária anterior, pelo que fazia todo o sentido que se avançasse com as audições já aprovadas bem como o relatório previsto no requerimento do PSD, que se concretizassem também as audições sobre a televisão digital terrestre, também aprovadas na mesma reunião na sequência de outro requerimento apresentado pelo PSD, e depois avançar com as

audições agora apresentadas pelo PS. Chamou também a atenção para a repetição de nomes neste requerimento em relação ao do PSD, pelo que, como se trata de duas matérias diferentes, as pessoas poderão ter de vir à Comissão duas vezes, devendo realizar-se primeiro as audições já aprovadas e depois avaliar da necessidade de fazer estas que agora se propõem. Após ter lembrado que o PS tinha votado contra o requerimento apresentado pelo PSD e que a apresentação desta lista podia ser um expediente dilatatório, informou que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) contrapôs a preocupação do PS em relação ao financiamento da comunicação social, neste requerimento, e a resposta do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares a uma questão sobre essa matéria na reunião do dia 12 desse mês, aquando da discussão na especialidade da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2010. Informou ainda que o seu grupo parlamentar iria votar a favor deste requerimento, mas afirmou que este nada tem a ver com o requerimento aprovado na reunião ordinária da semana anterior, tendo frisado que não gostaria que estas audições servissem para atrasar ou perturbar as já aprovadas.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) informou que o seu grupo parlamentar iria votar a favor do requerimento em apreço, mas temia que este número de audições se transformasse num foguetório inconsequente, tendo reafirmado a necessidade da constituição de uma comissão de inquérito.

Usou também da palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS), para lembrar que na reunião ordinária da semana anterior o PS tinha apresentado este requerimento ao mesmo tempo que o PSD apresentara o seu, tendo depois comparado ambos os requerimentos, para afirmar que versavam o mesmo assunto e que o PS pretendia era dar um contributo para que o debate fosse o mais amplo possível. Pelas razões expostas, estranhava as afirmações de que este requerimento seria uma manobra dilatatória ou que se pretendia protelar as audições. Reiterou que a lista de entidades ora apresentada é um complemento à proposta já aprovada e que acreditava que o Senhor Presidente saberia enquadrar estas audições no tempo desejável para que se pudesse aferir da matéria com a razoabilidade necessária.

Afirmou o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) que o PS estava a fazer uma espécie de providência cautelar em relação ao cerne do que se estava a discutir em Portugal. Acrescentou que se os dois requerimentos fossem iguais, não conseguia perceber entre votar contra a audição do Director do JN no requerimento do PSD e a favor da sua audição no requerimento do PS. Fazendo referência ao

processo legislativo, durante a legislatura passada, relativo ao Estatuto dos Jornalistas e à não concentração de meios de comunicação social, apelou ao PS para que “não tapasse o sol com a peneira”, para impedir que os portugueses soubessem se houve ou não condicionalismos à liberdade de expressão em Portugal.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para sugerir o aditamento do nome de Fernando Lima à lista de entidades a ouvir.

De novo no uso da palavra, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) esclareceu que na anterior reunião ordinária o PS declarou que não aceitava os pressupostos do requerimento do PSD, mas não se opunha à lista de entidades apresentada. Afirmou também que o cerne da questão que preocupa os portugueses é a limitação do direito de expressão e que o requerimento do PS fala precisamente no mesmo, estando o PS disposto a discutir a influência do poder económico e do poder político na comunicação social.

O Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) tornou a usar da palavra para lembrar que o PSD tinha mostrado disponibilidade para acolher outras entidades na sua lista e isso aconteceu em relação ao CDS-PP, mas o que o PS decidiu foi apresentar um requerimento diferente, apresentado e votado uma semana depois, com quatro pontos diferentes e um objecto diferente em relação ao requerimento do PSD. Defendeu que deve ser seguida a ordem cronológica das audições, fazendo-se as já aprovadas, bem como o relatório previsto no requerimento do PSD.

Pelo Senhor Deputado João Serrano (PS) foi argumentado que esta sim era uma verdadeira providência cautelar. Lembrou que o requerimento do PS tinha dado entrada na semana anterior, como o do PSD, e tem o mesmo objecto que o do PSD. Sugeriu ainda que após a aprovação do requerimento do PS se encontrasse uma grelha para a realização das audições e se ouvisse todas as pessoas.

Neste momento, o Senhor Presidente fez um ponto da situação, tendo lembrado que o requerimento do PSD tinha sido apresentado a 4 de Fevereiro e na reunião desse dia o Deputado João Serrano tinha solicitado o adiamento da votação para a reunião seguinte, posição corroborada também pelo Deputado João Oliveira; só na semana seguinte é que o PS apresentou o seu requerimento, que era o que estava em apreço naquele momento. Propôs então submeter à votação o requerimento do PS, com a lista de entidades que agora tem anexa, e depois deliberar quanto aos acrescentos entretanto apresentados.

Novamente no uso da palavra, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PS) não se opôs a que todos os nomes fossem votados conjuntamente. Tornou a frisar a natureza diferente dos requerimentos do PSD e do PS, sendo que este último repete alguns dos nomes do requerimento do PSD.

Esclareceu o Senhor Deputado João Serrano (PS) que o seu grupo parlamentar pretende retirar os nomes já propostos pelo PSD, pois o que pretende é dar um contributo para o debate desta matéria.

Pela Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) foi reiterado que na anterior reunião ordinária tinha sido aprovado um requerimento do PSD ao qual o CDS-PP fez um aditamento que foi aceite pelos proponentes. Se o requerimento do PS fosse um aditamento, também teria sido aprovado nessa altura. O requerimento do PSD referia a discussão da actuação do Governo e a sua relação com os meios de comunicação social, o que o PS propõe é diferente, não inclui a questão da actuação do Governo.

Tornou a intervir o Senhor Presidente, para afirmar que em sua opinião tinha ficado claro que o requerimento do PS não era apenas uma proposta de aditamento, era um requerimento novo, com pressupostos novos, podendo dizer-se que as matérias de ambos se complementam, mas não requerimentos diferentes.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) questionou se o relatório previsto no requerimento do PSD iria abranger também estas audições, porque se as excluísse isso seria um prejuízo para a liberdade de expressão, não sendo produtivo para a Comissão chegar a meio de um processo de audições e elaborar um relatório, excluindo as restantes audições do âmbito desse relatório.

O Senhor Presidente lembrou o que foi colocado à votação na reunião ordinária anterior, quanto ao requerimento do PSD, e afirmou que o que o Deputado João Oliveira estava a referir era um facto novo, que a todo o tempo poderia ser decidido pela Comissão, quando se terminassem as audições já aprovadas. Reiterou que na última semana tinha sido deliberado que findas as audições propostas pelo PSD seria elaborado um relatório.

Foi reiterado pelo Senhor Deputado João Serrano (PS) que era claro e objectivo que o requerimento do PS tinha uma função complementar ao do PSD, apresentando um contributo para o alargamento da discussão desta matéria, e afirmou não acreditar que após a aprovação dos requerimentos se fizesse um relatório de uma parte das audições esquecendo a outra.

Pelo Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) foi apresentada disponibilidade do seu grupo parlamentar para avaliar a pertinência ou oportunidade do relatório no final das audições por ele apresentadas.

Submetido à votação o requerimento do PS, englobando já as sugestões de aditamento de nomes de entidades a ouvir, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PS, do PCP e do BE e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Foi depois submetido à votação o requerimento apresentado pelo PSD de aditamento à sua lista de entidades a ouvir, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Nesta altura, o Senhor Presidente fez um ponto da situação das audições já marcadas. Em relação ao requerimento do CDS-PP para se dar prioridade à audição do Presidente do Conselho de Administração da PT, e não havendo oposição, informou que iria tentar marcá-la para o início das próximas audições a agendar.

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS), para questionar se a Comissão ia ouvir já algumas das personalidades e jornalistas hoje aprovadas, fazendo uma audição em bloco com os nomes propostos pelo PSD.

Respondeu o Senhor Presidente que tinha ficado claro que a Comissão tem um caderno de encargos a cumprir e que as audições que ainda faltavam realizar do requerimento do PSD demorariam mais uma semana a concretizar. Ora não fazer assim e seguir a metodologia referida pelo Deputado João Serrano seria alterar o que foi aprovado pela Comissão e exige uma nova deliberação desta.

Retomou o uso da palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS) para dizer que, se necessário, o seu grupo parlamentar proporia precisamente isso, uma vez que essa metodologia lhe parecia evidente para a realização do debate.

Reafirmou o Senhor Presidente que se essa era a intenção do PS na semana passada, teria apresentado apenas a lista de entidades e não um requerimento autónomo. Se agora pretende fazer essa fusão, terá de haver uma deliberação da Comissão.

O Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) referiu que o PS estava a tentar corrigir uma posição tomada na reunião ordinária anterior, mas ninguém iria

entender que numa semana fosse aprovada uma coisa e na semana seguinte fosse aprovada outra completamente diferente.

Também a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) defendeu que se mantivesse a programação inicial.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) reiterou que estavam todos a falar do mesmo assunto, com as mesmas preocupações e o mesmo objecto e que ninguém entenderia que se fizessem debates com grupos sem articulação entre eles.

Tendo o Senhor Presidente respondido que iria seguir as deliberações da Comissão e para as alterar seria necessário haver uma proposta nesse sentido, o orador antecedente tornou a propor que, para a razoabilidade do debate e considerando que o objecto da discussão é o mesmo, se fizesse a integração os nomes hoje aprovados com os aprovados na reunião ordinária anterior.

Considerando a proposta vaga, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) informou que o seu grupo parlamentar não poderia votar esta proposta naquele momento, solicitando a apresentação de um requerimento escrito.

Também o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) solicitou ao PS que esclarecesse o que pretendia ao certo com este último requerimento.

O Senhor Presidente fez o ponto da situação e lembrou que o direito de adiamento de uma votação é um direito regimental, tendo solicitado ao PS que formalizasse o seu requerimento par que ficasse claro o que ia ser votado na próxima reunião ordinária, ao que o Senhor Deputado João Serrano (PS) respondeu que o faria de imediato, esclarecendo que mais não pretendia do que integrar as audições hoje aprovadas nos grupos em que estão organizadas as audições propostas pelo PSD, "fechando-se" assim os grupos um a um.

Terminada a discussão sobre este tema, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Catarina Martins, a propósito do ponto 2 da ordem do dia.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) informou que, em sede de discussão da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2010, o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares tinha prestado já esclarecimentos sobre a matéria objecto do requerimento, pelo que se propunha substituir esta audição pela do Presidente do Conselho de Administração da LUSA.

Não tendo sido manifestada qualquer oposição a esta alteração, foi o requerimento aprovado por unanimidade.

De seguida, o Senhor Presidente questionou se o BE mantinha o requerimento para audição da Senhora Ministra da Cultura, a propósito da política dos museus, ao que a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) respondeu que, tendo em consideração as respostas da Senhora Ministra e do Senhor Secretário de Estado da Cultura, em sede de discussão na especialidade da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2010, prescindia por ora desse requerimento.

Passando ao ponto 4 da ordem do dia, e considerando o adiantado da hora, o Senhor Presidente propôs o seu adiamento para uma futura oportunidade.

De seguida, foi fixada, sem votos contra, a redacção final do Projecto de Resolução nº 46/XI/1ª (BE) - "Recomenda ao Governo a criação da modalidade de apoio a "Primeiras Obras" no âmbito dos apoios directos às artes atribuídos pelo Ministério da Cultura".

No ponto seguinte da ordem do dia, foram aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 12, 13 e 14, relativas às reuniões de 27 e 28 de Janeiro e 4 de Fevereiro, tendo sido adiada a votação da acta n.º 15, relativa à reunião de 9 de Fevereiro.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta de um requerimento do Grupo Parlamentar de "Os Verdes" para audição da Senhora Ministra da Cultura e referiu que não sendo este grupo parlamentar representado na Comissão o requerimento só seria discutido se algum Deputado da Comissão o adoptasse. Em alternativa, propôs informar a Deputada subscritora do requerimento da data da próxima audição da Senhora Ministra, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, para, querendo, estar presente e participar nessa reunião. A Comissão adoptou esta última proposta do Senhor Presidente.

Finalmente, o Senhor Presidente deu conhecimento aos Senhores Deputados do orçamento da Comissão para o ano de 2010 e propôs uma grelha de tempos para as audições que se iriam realizar, com duas rondas, dando cinco minutos a cada grupo parlamentar na primeira ronda e igual período de tempo às entidades a ser ouvidas para resposta, e na segunda ronda três minutos a cada grupo parlamentar, com igual tempo de resposta.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 Março de 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Filipe Neto Brandão
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Luís Pedro Pimentel
Marcos Sá
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: